



INFORME DO WRM - OUTUBRO DE 2008

a certificação de plantações de árvores precisa ser interrompida



FSC

A certificação de plantações de árvores pelo FSC precisa ser interrompida

Informe do WRM, Outubro de 2008

Plantações são monoculturas, constituídas de fileiras aparentemente infinitas de árvores idênticas. Elas sugam a água de córregos e lagoas próximas e abaixam o lençol freático, deixando pouca ou nenhuma água para as pessoas que vivem próximas às plantações. Também esgotam solos, poluem o meio ambiente com agrotóxicos e erradicam ecossistemas locais e biodiversos. Ativistas no Brasil costumam chamá-las de deserto verde, em função da forma como destroem a subsistência e ambientes de populações locais. Mas, o que é quase tão ruim quanto as plantações em si, é o selo verde de aprovação concedido a esse tipo de empreendimento pelo Conselho de Manejo Florestal (*FSC – Forest Stewardship Council*)

Afirmações enganosas

O sítio na internet do FSC contém várias afirmações enganosas sobre a organização e suas atividades. O que imediatamente chama a atenção na primeira página do sítio do FSC é uma foto muito bonita de um homem e uma criança indígenas com a legenda “FSC apóia a conservação da floresta e ajuda pessoas a ter uma vida melhor”.

Essa afirmação deixa de mencionar que, através da certificação, o FSC também apóia a implantação de monoculturas em larga escala, que têm resultado em graves impactos sobre muitas comunidades indígenas e outras comunidades locais. Em função disso, muitas delas vivem hoje em condições muito piores do que antes.

FSC informa que “Em abril de 2008, mais de 100 milhões de hectares de florestas, distribuídas por 79 países, estavam certificadas mundialmente pelos padrões do FSC”. O que essa afirmação não menciona é que desses 100 milhões de ha de “floresta” certificada:

- uma área de pelo menos 8,5 milhões de ha é composta por plantações de monoculturas de árvores, e;
- uma área, com tamanho desconhecido, dentro da categoria de 37,7 milhões de hectares de “plantações semi-naturais & plantações mistas com floresta natural”, também contém plantações.

A seção “Sobre o FSC” no sítio mencionado afirma que “O FSC é uma organização independente, não-governamental, sem fins lucrativos, formada para promover o manejo responsável das florestas do mundo”. Tal definição leva o leitor desinformado a crer que o FSC é uma ONG comum. Isso esconde o fato de que muitos dos seus membros são corporações florestais ou que, de alguma forma, lidam com o tema florestas; e que ainda são membros da “câmara econômica”.

Muitas dessas corporações são apenas interessadas na certificação das suas próprias plantações. Na África do Sul: Komatiland Forests, York Timber e Mondi. No Brasil: Klabin, Suzano, Votorantim Celulose e Papel. Na Colômbia: Smurfit Cartón de Colômbia e no Equador: Profafor Face; na Irlanda: Coillte Teoranta. Enquanto os membros das câmaras social e ambiental são definidos como “sem fins lucrativos”, a câmara econômica inclui “organizações e indivíduos com um interesse comercial.” Isso significa que enquanto o FSC pode ser descrito como

sendo “sem fins lucrativos”, um terço do seu poder de voto na assembleia geral – a câmara econômica – tem um “interesse comercial” claro.

A mesma seção nos diz que “Produtos que carregam o selo do FSC são certificados independentemente, para assegurar aos consumidores que eles vêm de florestas que são manejadas para atender às necessidades sociais, econômicas e ecológicas das gerações presentes e futuras.” Nesse fragmento, novamente, o FSC deixa de esclarecer que muitos desses produtos não vêm de florestas, mas de monoculturas de árvores altamente destrutivas que colocam em cheque as necessidades das gerações presentes e futuras.

Plantações NÃO são florestas

O FSC foi criado como resultado de uma consciência crescente por parte de consumidores sobre seu papel na destruição de florestas, resultado de campanhas bem-sucedidas de ONGs, sobretudo em relação a práticas insustentáveis de desmatamento em países tropicais. Quando consumidores começaram a solicitar dos seus fornecedores madeira certificada, um número de ONGs, junto com empresas, decidiram promover um processo para possibilitar que consumidores escolhessem e empresas oferecessem um produto “verde”.

Infelizmente, em vez de limitar o FSC à certificação de manejo florestal, organizações e empresas, participando no processo, decidiram incluir também o manejo de plantações como parte da sua missão.

Este é o pecado original do FSC. O objetivo da organização é, conforme a introdução aos princípios e critérios, “promover um manejo ambientalmente responsável, socialmente benéfico e economicamente viável das florestas do mundo.” O FSC não deveria certificar plantações

industriais de árvores pelo motivo óbvio de que elas não são florestas. Plantações industriais de árvores são nem ambientalmente responsáveis, nem socialmente benéficas. E muitas vezes elas são tampouco economicamente viáveis, pelo menos não sem subsídios governamentais generosos. Por isso, o FSC não deveria certificá-las. No entanto, ele tem certificado algumas das plantações industriais mais destrutivas do mundo.

WRM, plantações e o FSC

Em sua Assembleia de Fundação realizada em outubro de 1993, o FSC tinha dois conjuntos de Princípios e Critérios. Um conjunto era para ser aplicado a florestas e o outro a plantações. Os dois conjuntos tinham nove princípios. O conjunto para ser aplicado a plantações foi descartado, e em 1996 foi acrescentado o Princípio 10 (plantações) aos Princípios e Critérios para florestas.

Nesse mesmo ano, o WRM produziu um livro chamado “*Pulping the South*”, que, entre outras questões, documentou os impactos de plantações de árvores em larga escala. Dois anos depois, o WRM lançou uma campanha internacional contra essas plantações.

Ao longo dos anos, identificamos que o FSC era um problema porque estava certificando exatamente as plantações contra as quais populações locais estavam lutando. O problema foi agravado pelo fato que organizações ambientais e sociais estarem fornecendo credibilidade ao selo e, dessa forma, enfraquecendo populações locais e suas entidades apoiadoras.

Em janeiro de 2001, o WRM produziu uma crítica detalhada do Princípio 10 do FSC (sobre Plantações), que concluiu que “O princípio 10 não parece oferecer quase nenhuma garantia a consumidores finais

que madeira de plantações industriais é produzida de uma forma socialmente equilibrada e ambientalmente adequada. O princípio também não é muito útil para populações lutando contra plantações a nível local e nacional. A questão principal, ou seja, monoculturas em larga escala, não é considerada. O problema não é a espécie de árvore (eucalipto, pinus, acácia, etc.), mas o modelo geral de plantações, que o FSC, sem justificativa, aceita sem discussão. Acreditamos que este princípio é claramente insuficiente e precisa ser modificado substancialmente antes que pode ser chamado de apropriado à realidade das monoculturas industriais de árvores em larga escala.”

Em 2001, o WRM publicou “O FSC: a certificação insustentável de plantações de árvores em larga escala” que juntou um número de artigos provando os impactos de plantações certificadas pelo FSC. Dois anos depois, o WRM produziu um livro que ofereceu evidências detalhadas sobre os problemas de três plantações certificadas pelo FSC. O livro “Certificando o não-certificável: a certificação pelo FSC de três plantações na Tailândia e no Brasil” finalmente resultou na decertificação da ‘*Forest Industry Organization*’ na Tailândia. No Brasil, a Plantar, uma das empresas investigadas, ainda mantém o certificado, enquanto V&M Florestal se retirou do FSC depois que seguranças armados a serviço da empresa assassinaram um morador local da comunidade de Canabrava em fevereiro de 2007.

O WRM tem dado continuidade à pesquisa sobre este assunto em vários países, inclusive estudos de caso de plantações certificadas pelo FSC no Equador (2005 e 2006), África do Sul (2005), Uruguai (2006), Suazilândia (2007), oferecendo mais do que suficientes evidências de que essas não estavam apropriadas para serem certificadas. Mais informações estão disponíveis no sítio do WRM na internet (<http://www.wrm.org.uy/actors/FSC/index.html>).

Mais recentemente, os problemas em relação à certificação pelo FSC – incluindo tanto plantações como florestas – resultou na criação do sítio na internet ‘fsc-watch.org’ de um grupo de pessoas, preocupadas com a grande queda de confiabilidade do FSC e, portanto, da sua credibilidade. Eles afirmam que “Junto com muitos outros ativistas do mundo que trabalham com florestas, compartilhamos a frustração que enquanto há muitos anos os problemas estruturais dentro do sistema FSC são conhecidos, os mecanismos formais de governância e controle, inclusive o Conselho eleito, a Assembléia Geral, e os Procedimentos para Queixas, têm sido muito pouco efetivos para lidar com estes problemas. Achamos que a possibilidade de reformar – e assim ‘salvar’ – o FSC através destes mecanismos está diminuindo, uma vez que o poder dentro do FSC está cada vez mais nas mãos dos interesses comerciais lá presentes”.

Um sinal de esperança fracassado: a revisão da certificação de plantações

Há muitos anos que o FSC tem consciência dos problemas com a certificação de plantações. Em 2001, o secretariado do FSC incluiu a posição da organização sobre plantações numa lista de questões que precisava de esclarecimento. Subsequentemente, Tim Synnot, o então Diretor de Políticas do FSC, escreveu um rascunho da Política do FSC em relação a Plantações. O rascunho do Synnot reconheceu que “Disputas têm surgidas sobre a certificação de plantações, com relatórios sobre a infração de diretrizes do FSC. Algumas das discórdias e disputas foram causadas por diferentes interpretações dos Princípios e Critérios do FSC e outras políticas do FSC.”

Na Assembléia Geral do FSC, em 2002, uma moção foi aprovada para o FSC executar uma “Revisão da certificação de Plantações”. A moção

afirmava que “A versão em vigor da Política preliminar do FSC sobre Plantações (de 30 de maio de 2002) não é suficientemente clara e precisa ser melhorada.” A moção disse também que o FSC deveria produzir uma revisão da política para plantações “depois de uma consulta ampla com os membros” para dar “orientação concreta sobre a interpretação do P10 [Princípio 10]”.

Dois anos depois, em setembro de 2004, a revisão foi finalmente lançada. O WRM foi convidado para fazer uma palestra. Depois de ter oferecido exemplos de alguns dos problemas criados por plantações e por sua certificação, terminou com várias recomendações para o processo. A principal era que o FSC deveria suspender a certificação de plantações industriais de árvores em larga escala até que a revisão fosse finalizada. O que foi alegado para a suspensão foi o seguinte: se o FSC reconhecia a existência de problemas importantes em relação à certificação de plantações, um moratório temporário para novas certificações deveria ser a coisa mais sensata para se fazer.

Para a revisão em si, apresentamos uma série de recomendações específicas, divididas em três partes:

- 1) Realizar uma avaliação geral da certificação de plantações
- 2) Realizar uma pesquisa profunda sobre os impactos sociais e ambientais de plantações de árvores em larga escala
- 3) Realizar estudos independentes sobre plantações certificadas contestadas por ONGs e comunidades locais.

Em outubro de 2005, o WRM escreveu para o FSC pedindo um “Moratório da certificação e recertificação de plantações industriais para madeira”, até que o processo de Revisão estivesse sido finalizada. O conselho do FSC respondeu que “O motivo principal para decidir não buscar um moratório da certificação de plantações de árvores em larga

escala (ou ‘industriais’) era que não estávamos convencidos que este pudesse ter o apoio da grande maioria dos membros do FSC.”

As outras recomendações não foram levadas em frente pelo Grupo de Trabalho estabelecido para esta revisão, que finalizou seu trabalho em 2006 e apresentou seu relatório e recomendações ao conselho do FSC.

No relatório final, o Grupo de Trabalho de Revisão da Política de certificação de Plantações recomendou que “O FSC desenvolvesse um conjunto integrado de Princípios e Critérios gerais para todos os tipos de unidades de manejo, em vez da estrutura em vigor, com um conjunto de nove princípios e um princípio 10, adicional, para plantações.” Ou seja, em outubro de 2008, seis anos depois que a Assembléia Geral aprovou a moção sobre a revisão da certificação de plantações, nenhuma proposta concreta foi feita para algum tipo de emenda para o mais problemático dos Princípios do FSC.

Agora, o FSC iniciou um processo separado para rever seus Princípios e Critérios, que supõe incorporar, entre outras, as recomendações da Revisão da certificação de Plantações. O primeiro rascunho dos Princípios e Critérios revisados, produzido pelo Conselho do FSC, ignora a recomendação do Grupo de Trabalho para a Revisão de certificação de Plantações, abrindo mão do Princípio 10, para permitir que membros e “interessados” pudessem “ter a oportunidade de comentar sobre esta proposta antes de embarcar em tal reestruturação dos P&C [Princípios e Critérios]. Atualmente, o FSC antecipa que sua Revisão dos Princípios e Critérios será completada até o final de 2009. Enquanto isso, uma vez que a Revisão da certificação de Plantações e a Revisão dos Princípios e Critérios prosseguem, continuam os problemas com a certificação pelo FSC de plantações industriais de árvores.

A Revisão da certificação de Plantações pelo FSC tem sido um desperdício enorme de tempo, pelo menos para qualquer um que pensou que isso pudesse mudar a forma como o FSC tem certificado plantações industriais de árvores. O processo de Revisão não tem causado, em absoluto, nenhuma diferença na forma como certificados do FSC são emitidas, como a certificação da Veracel, emitida em março de 2008, ilustra de forma dramática.

A última gota: a certificação da Veracel Celulose

Veracel Celulose, uma *joint venture* entre a Sueca-finlandesa Stora Enso e a Norueguesa-brasileira Aracruz Celulose, ocupa uma área de cerca de 164.600 hectares de terras no estado brasileiro da Bahia. Cerca de metade dessa área é ocupada por plantações de monocultura de eucalipto.

Em 2007, o requerimento do selo FSC pela Veracel gerou uma forte reação por parte de organizações da sociedade civil do Brasil e do resto do mundo. A empresa tem um histórico bem conhecido de ações danosas, incluindo a violação de direitos de comunidades locais sobre suas terras, poluição ambiental, esgotamento dos recursos hídricos e destruição de ecossistemas.

Estes impactos têm sido bem documentados e todas as informações relevantes foram enviadas para o Secretariado Internacional do FSC. O conselho do FSC foi convidado para visitar a área a fim de obter informações em primeira mão sobre o problema. Apesar de possuir evidências suficientes que comprovariam que a certificação da Veracel resultaria na perda completa da credibilidade do FSC, o conselho rejeitou o convite.

A empresa certificadora (SGS) é conhecida por sua prática de emitir certificações a plantações industriais não-certificáveis. O FSC anunciou que a ASI (Serviços Internacionais de Acreditação - uma subsidiária do FSC, é responsável por checar que os órgãos de certificação cumpram com a regulamentação) “conduziria uma avaliação da SGS em relação à sua avaliação do Manejo Florestal na Veracel no Brasil entre 26 e 28 de março de 2008”. O fato que a SGS decidiu certificar a Veracel poucos dias antes da chegada da equipe da ASI foi uma tapa no rosto, não só para as comunidades locais, mas também para ASI e para o próprio FSC.

Após a emissão do certificado, o WRM reagiu dizendo que “A certificação da Veracel não é um evento isolado, mas o último elo em uma cadeia de fracassos. O WRM tem realizado campanhas durante muitos anos contra a certificação de plantações de árvores em grande escala, com base no fato de que fica evidenciado que elas são ambientalmente irresponsáveis e não benéficas socialmente, e portanto não cumprem com o mandato do FSC. Também temos apontado que nesses casos, a certificação do FSC mina as lutas dos povos locais contra os impactos das plantações de árvores com fins industriais. O dia 13 de março de 2008 -data na que a SGS outorgou a certificação do FSC à Veracel- será lembrada como a data da certidão de óbito do FSC.”

O fim do caminho

O FSC, como instituição, bem como membros do FSC, especialmente das câmaras ambiental e social, devem dar-se conta que este é o fim do caminho. Até o momento, eles deveriam estar conscientes do fato de que a certificação de plantações de monoculturas de árvores é um grande erro.

O motivo original para criar o FSC era proteger as florestas e os direitos dos povos da floresta e não os “direitos” de corporações para destruir o meio ambiente e a sustentação de populações locais.

Eles devem saber, pois já foi comprovado, que monoculturas de árvores nunca podem receber o selo do FSC e sempre que receberam a certificação, foi por meio da violação de alguns ou todos os princípios do FSC.

Ao permitir que isso continue, os membros do FSC não só ajudam as empresas de plantações em larga escala, como também fragilizam as lutas das populações locais contra essas empresas.

Agora chegou o momento de membros do FSC reivindicarem a única solução possível: estar de acordo que plantações não são florestas; reconhecer que monoculturas de árvores não são certificáveis de uma perspectiva social e ambiental e decidir por excluir plantações industriais de árvores da certificação pelo FSC.

Até que tal decisão seja tomada, o FSC continuará a ser um problema, em vez de ser uma solução para comunidades locais e o meio ambiente.

MOVIMENTO MUNDIAL PELAS FLORESTAS TROPICAIS - WRM

Ph: +598 2 413 2989 - Fax: +598 2 410 0985

Maldonado 1858 - Montevideo 11200 - Uruguay

wrm@wrm.org.uy - <http://www.wrm.org.uy>